



Frederico Lourenço, Prémio Pessoa 2016, é um dos mais respeitados intelectuais portugueses e tem em mãos um projeto "saudavelmente radical" — a tradução da Bíblia a partir dos textos originais em grego

Uma espécie de milagre



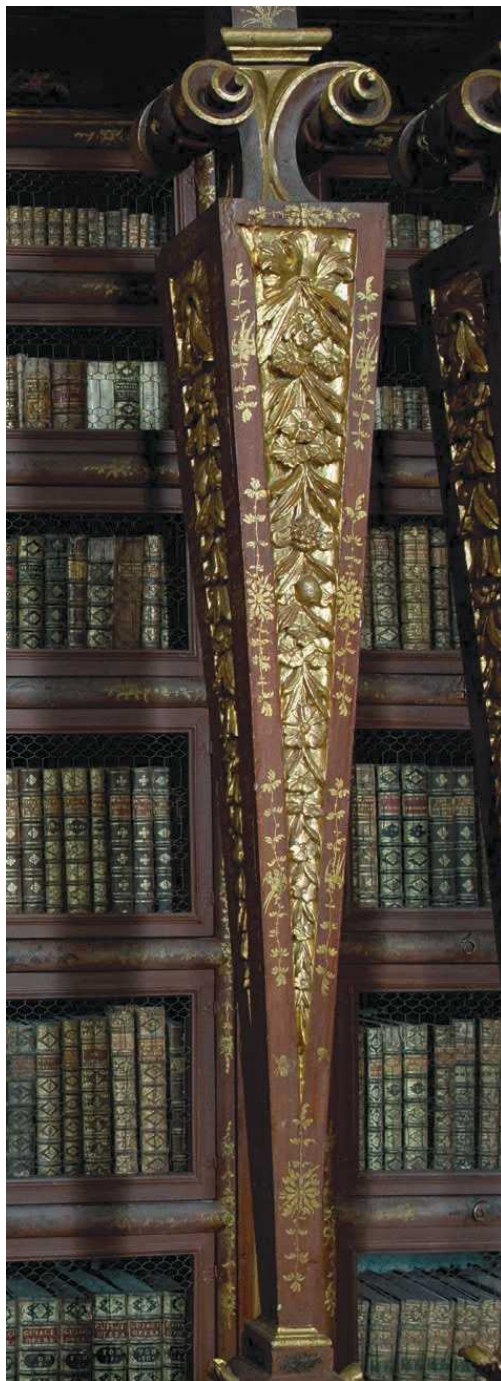
JOSÉ TOLENTINO DE MENDONÇA (TEXTO)
RUI DUARTE SILVA (FOTOGRAFIAS)



F

Frederico Lourenço é uma espécie de milagre. E continua a sê-lo depois de recordarmos a geografia familiar donde provém: filho de M.S. Lourenço, um dos intelectuais portugueses mais excêntricos e fascinantes da última metade do nosso século XX; afilhado dileto de João Bénard da Costa; crescido entre uma tribo de criadores, melómanos de ouvido absoluto, curiosos vorazes e viajados; maturado nessa elite culta de espíritos disponíveis, inclinados para improváveis aventuras de liberdade, com um balanço constante e apaixonado entre artes, mística e política. Um berço desses tanto pode gerar genialidade como inaptidão completa. Frederico Lourenço é um lídimo herdeiro, claro, mas é também, como se pode imaginar, um admirável lutador, um *self-made man*, um sobrevivente.

Frederico Lourenço é uma espécie de milagre no contexto português. Pense-se no que ele teve de contrariar para entregar-se a empresas



SABER Frederico Lourenço fotografado na Biblioteca Joanina, em Coimbra, sábado, 10 de dezembro, um dia depois de ter sido anunciado como vencedor do Prémio Pessoa 2016

Lourenço lamenta que “a língua de Homero, Platão e do Novo Testamento se tenha tornado, em Portugal, aquilo que em três mil anos de história nunca chegou verdadeiramente a ser: uma língua morta”. Contudo, ele não desiste. Dá o seu melhor. Dá-nos chão. Amplia-nos. Transcende-nos.

Frederico Lourenço é, para quem quiser ver, um milagre em sentido absoluto. Em “Presenças Reais. As Artes do Sentido” (Presença, 1993), George Steiner propõe um território utópico: em vez da cidade dos comentadores, que nos curto-circuitam na tagarelice e na obsidiante espetacularidade, deveria antes emergir “uma cidade de pintores, poetas, compositores, coreógrafos, uma cidade de arte, de música ou de dança, tanto no espaço público como nas universidades”. Uma sociedade de intérpretes, de protagonistas que atravessam o ordálio de fogo da experiência, mais do que o grémio de críticos e analistas que se mantém sempre a salvo. Ora, como lembra Steiner mais adiante, se a alguma arte se pode chamar interpretação é à tradução, inclusive na sua etimologia. E concretiza: “Não há estudo crítico da inspiração e dos limites do barroco que possa competir com as traduções do castelhano de São João da Cruz feitas por Roy Campbell. Nem nenhuma crítica literária poderá educar o nosso ouvido interior para as transmutações da música do sentido da língua inglesa melhor do que o faz a leitura das sucessivas versões de Homero nas traduções de Chapman, Hobbes, Cowper, Pope, Shelley, T. E. Lawrence e Christopher Logue.” O que devemos a Frederico Lourenço? Apetece responder com as palavras que aqui George Steiner coloca à nossa disposição: ele educa o nosso ouvido interior para as transmutações da música do sentido. É nessa linha que se deve ler a explicação que Frederico Lourenço dá do seu mester em “Grécia Revisitada” (Cotovia, 2004): “Quando me perguntam a profissão e eu digo ‘professor de grego’, a reação é invariável: ‘Isto serve para quê?’ Houve tempos em que dei por mim a responder ‘não serve para nada’. Mas agora estou absolutamente convicto da seguinte resposta: ‘Serve para tudo.’”

A TAREFA CICLÓPICA DO TRADUTOR

Um dos textos mais esclarecedores sobre o ofício da tradução é a carta que São Jerónimo, o mais famoso tradutor da Bíblia, dirige ao seu amigo Pacómio, datada provavelmente de 395/396. A dedicação às traduções bíblicas deu a Jerónimo uma consciência aguda das dificuldades e problemas que um tradutor

tem de enfrentar para não cair nem numa fantasia adulterante do original, nem num literalismo servil, igualmente desvirtuador. Todo o texto se revela mutante, um significante em perda no momento da tradução. E há que saber intervir. Por isso, Jerónimo desafia: “Se alguém não reconhece que a graciosidade de uma língua se altera na tradução que traduz a palavra a palavra Homero para latim.”

De certa forma, como defende Paul Ricoeur, a tradução obriga-nos a caminhar por duas vias em simultâneo: por um lado, pede ao tradutor a capacidade de produzir um equivalente (a capacidade de criar numa língua uma realidade comparável ao que nos tinha sido dado noutra) e espera que ele mantenha o choque do incomparável (que é, de certa forma, a prova do estrangeiro ou do amigo: a preservação da distância na proximidade. Um texto só é bem traduzido se vir respeitado o seu carácter intraduzível). Isso mesmo vemos cunhado na sabedoria do antigo ditado rabínico que afiança: “Quem traduz literalmente é um falsário; quem acrescenta alguma coisa é um blasfemo.” Traduzir é, ao mesmo tempo, dizer e aceitar a impossibilidade de dizer. Por isso, ainda São Jerónimo, dá este testemunho: “Traduzi discursos notabilíssimos de dois oradores dos mais eloquentes da Ática, Ésquines e Demóstenes. Não os verti como simples transpositor, mas como homem de letras, mantendo o mesmo fraseado com as suas figuras de linguagem e de pensamento, em palavras correspondentes à nossa tradição.”

AINDA SOMOS GREGOS

“Fazei a vós próprios esta pergunta — desejaríeis vós viver agora ou na Grécia Antiga?” Ricardo Reis, o mais helenista locatário do universo pessoano, tinha a convicção de que escolheríamos em bloco a Grécia Antiga, se restasse em nós um pinga que fosse de lucidez ou de sonho. Podemos-nos hoje rir, considerando Reis o émulo de um mundo e de um tempo irremediavelmente perdidos. Quem é que, no seu bom juízo, escolheria ser um grego antigo? A verdade, porém, é que não temos alternativa. No pensamento, na sensibilidade, na política, na abordagem do sagrado, na gramática, nos jogos, no informe psicológico e onírico que nos cartografa, dependemos dos gregos. Ou melhor, permanecemos gregos. E da cabeça aos pés, mesmo quando não damos por isso. Basta abrir um dicionário de grego: a experiência do mundo que vem plasmada naquela linguagem soa-nos despida de qualquer exotismo, sentimos a cada passo uma familiaridade, já vimos,

tão desproporcionadas, na ambição e no brilho, empresas no fundo tão humílimas e necessárias, como traduzir sem perder o fôlego o cancionero homérico, uma parte da lírica grega e agora adentrar-se no *mare magnum* que é o repositório bíblico. E realizar isso nas condições possíveis em Portugal, onde a erosão de uma área disciplinar fundamental como a dos estudos clássicos parece um desastre em vias de consumir-se. Certamente é fantástico aquilo que António Barreto sublinhou em nome do júri do Prémio Pessoa que agora lhe foi atribuído, e de que ele é inteiramente merecedor: “Frederico Lourenço é responsável por um fenómeno raro: tornou a ‘Odisseia’ e a ‘Ilíada’ *best-sellers* entre nós.” Mas como se faria outra justiça ao trabalho do nosso *miglior fabbro* se, por exemplo, as edições dessas obras pudessem ser ao mesmo tempo *best-sellers* e bilingues como noutras paragens? Ninguém como Frederico

Frederico Lourenço é um lutador, um self-made man, um milagre absoluto



TRADUÇÃO Frederico Lourenço está a traduzir a Bíblia a partir dos textos originais em grego, um projeto que o ocupará nos próximos anos

regressos. Na transparência visual das palavras de Homero, palavras tão impressivamente próximas e vindas de tão longe, o próprio amor transita de desejo a visão: “Tal como a vista da terra é grata aos nadadores / cuja nau bem construída Posídon estilhaçou no mar / ao ser levada pelo vento e pelo inchaço das ondas / (...) assim, para Penélope, era grata a visão de Ulisses”. (“Odisseia”, trad. Frederico Lourenço, Cotovia, 2003).

ENCONTRO MARCADO COM A BÍBLIA

A aproximação entre a “Odisseia” e a Bíblia foi trabalhada por um dos ensaístas referenciais da contemporaneidade, Erich Auerbach. O seu volume “Mimesis. O Realismo na Literatura Ocidental” é ao mesmo tempo um dos livros de crítica literária mais influentes que se escreveram e um testamento deixado ao futuro. Quando a máquina do terror hitleriano perseguia e exterminava em massa os judeus, este judeu-alemão que ocupara já o prestigioso lugar de bibliotecário na antiga biblioteca prussiana de Berlim e dirigira a cátedra de Filologia românica na Universidade de Marburgo, erguia a sua voz para recordar a importância literária da Bíblia hebraica e o seu impacto irremovível na história da civilização. Inscrever a Bíblia na grande literatura parece hoje algo de tão óbvio, mas era no entanto uma tarefa por fazer, e Auerbach abraça-a. Ele vai então confrontar dois regimes literários identificando neles paradigmas fundamentais de vasto lastro na criação ocidental posterior: a “Odisseia” e a Bíblia. A grande surpresa é que, na comparação, a Bíblia

O grego antigo sabe ainda mais de nós que nós próprios

sai a ganhar. Na economia das narrações bíblicas, há uma profunda (e, diga-se, conseguida) intencionalidade artística e uma conceção muito elaborada do real. Nos poemas homéricos o destino das personagens está claramente fixado. Ocorrem as peripécias mais díspares, irrompem paixões violentas, enunciam-se perturbações e desfechos — mas tudo dentro daquela linearidade dos enredos pré-determinados. Basta pensar que a grande odisseia do herói grego é uma viagem de regresso à sua própria casa, enquanto que a fundadora viagem que a Bíblia narra é o envio de Abraão para uma terra desconhecida, só divisada pela promessa desmesurada de Deus: “Ergue os olhos e olha, do lugar em que estás, para o norte e para o sul, para o oriente e para o ocidente. Toda a terra que vês, eu a darei, a ti e à tua posteridade para sempre” (Gen 13,14-15). O texto helénico é restrito e estático, e coloca a existência heroica a desenvolver-se nos limitados

já ouvimos, já vivemos anteriormente dentro daquelas palavras, e mesmo quando aparecem inevitáveis elementos de estranheza, eles nunca nos são completamente estranhos. Virginia Woolf dizia que “é ao grego que voltamos quando nos cansamos do modo vago e confuso da nossa época”. O grego antigo sabe ainda mais de nós que nós próprios. Frederico Lourenço gosta de repetir que “há apenas duas razões para aprender grego. Dá prazer. Alarga”. O transporte do que somos à vastidão a que aspiramos. O prazer do reconhecimento.

O GREGO ENQUANTO LÍNGUA

É bem curioso o destino do grego enquanto língua. Começou por ser o idioma de uma comunidade relativamente restrita e fragmentada, mas veio a constituir durante séculos o fator mais importante da identidade não só helénica mas do espaço europeu e ocidental. Sem uma organização política unitária (como seria, por exemplo, depois a do império romano) e sem guerras de conquista, a língua e cultura gregas difundiram-se amplamente e estabeleceram uma certa ideia de unidade, que ainda hoje reverbera. Claro que a Grécia afirmou-se com o exército de Alexandre, mas a língua não foi propriamente imposta. Dir-se-ia antes que acompanhou os conquistadores ao longo da metade oriental do Mediterrâneo como ponte lançada a uma recíproca relação. Mas teve de contar mais com as suas armas (a associação entre um poderoso efeito visual e uma capacidade de abstração completamente inovadora; a expressividade ágil que conseguia dar a um pensamento sofisticado; a elegância formal e a descrição meticulosa das técnicas emergentes no mundo de então) do que com a imposição de um poder político ou militar. E isto, com instrumentos que parecem muito simples. O recurso a um terceiro género, o neutro (para lá do masculino e o feminino) que substantiva qualquer noção tornando-a uma ideia universal e abstrata. O uso sistemático dos sufixos em “si” para indicar o nome de uma ação, poiesis — poesia, e em “ma” para referir o resultado, poiema, poema. Ou o modo próprio de descrever o tempo e

o seu efeito sobre a vida humana que leva os verbos gregos a interessar-se não só pelo tempo em que uma determinada ação acontece mas também pelo modo e consequências do que acontece. A quem os estuda pela primeira vez, os verbos gregos parecerão anómalos, complicados e irregulares. Mas o seu desenho é um amplexo capaz de abraçar, como poucos, a vida, na sua multiforme coreografia.

A CICATRIZ DE ULISSES

Quem um dia foi leitor da “Odisseia” lembrar-se-á para sempre da emocionante cena descrita no canto XIX: a velha ama de Ulisses, Euricleia, mistura a água quente com a fria enquanto fala ao viajante exausto e pensa tristemente no seu senhor ausente, que poderia ter a mesma idade daquele hóspede. Nisto observa que ele traz uma cicatriz na perna, exatamente como Ulisses, e deixa-lhe cair o pé na bacia, de emoção e sobresalto. A ama percebe tudo, e isso na narrativa é relatado com vagar e modelado com exatidão.

Se a “Odisseia” tivesse tido o mesmo destino de tantas obras da Antiguidade grega que desapareceram antes da invenção da imprensa, argumenta Frederico Lourenço, o nosso conceito de literatura seria muito diferente do que é hoje. Este livro que “apesar da sua idade vetusta de dois mil e oitocentos anos, lê-se ainda hoje como se tivesse sido composto ontem, ao nascer do sol”, operou como nenhum outro da tradição ocidental, excetuando a Bíblia, uma influência tão grande. Sem ele, talvez fôssemos (ainda mais) estranhos a nós mesmos, talvez nos faltassem (ainda mais) as palavras para dizer a vida e a morte, a demanda e os

9 de dezembro já era uma data muito especial para si, tendo em conta que é o dia de aniversário de Elisabeth Schwarzkopf, que muito admira. Vê a atribuição do prémio neste dia como um sinal dos céus?

É verdade que o dia foi muito bem escolhido pelo destino. Mas além da efeméride musical, também me comoveu o facto de o anúncio ter calhado entre os aniversários de duas mulheres que estão há muitos anos no meu coração: a Cremilde Rosado Fernandes e a Margarida Bénard da Costa (irmã do João Bénard, ele próprio o Prémio Pessoa de 2001). Não acredito, pelo menos de forma racional, em sinais dos céus sob esta forma, mas não há dúvida de que partilhar o prémio com pessoas que me influenciaram tanto, como o João Bénard ou o Luís Miguel Cintra, parece dar um sentido adicional, uma espécie de lógica a esta atribuição. Não esquecendo dois tradutores notáveis, o saudoso Vasco Graça Moura e o Richard Zenith, a quem agora me junto como terceiro tradutor – e critor a ganhar o prémio.

Se a felicidade está no caminho, no caminho de traduzir a Bíblia, de que modo o reconhecimento desse esforço e da carreira que fez até chegar a esta tradução interfere no seu estado de espírito?

Sinto o prémio como um reconhecimento pelo próprio caminho, que se iniciou na Universidade de Lisboa, onde comecei a estudar grego com professores de exigência admirável. Ainda hoje sei na ponta da língua toda a matéria gramatical. Nas aulas de Literatura Grega com a já falecida professora Helena Prieto, estudei poesia e ficção helenísticas na licenciatura e depois historiografia grega no primeiro ano do mestrado. O caminho mesmo a sério só começou depois do meu doutoramento em 1999. Fui orientado pelo Victor Jabouille, que me deu asas para voar. A tese, que foi co-orientada pelo professor James Diggle da Universidade de Cambridge, deu-me conhecimentos sólidos na área da filologia grega. Levei tanto tempo a revê-la que só foi publicada em 2011. Foi depois do doutoramento que comecei a ter tempo para pensar na tradução da “Odisséia” de Homero, que propus ao André Jorge das Edições Cotovia, em 2003. Depois propus-lhe a “Ilíada”; e também as adaptações para jovens dos poemas de Homero. A seguir comecei a interessar-me

“O PRÉMIO APAZIGUA-ME”

FREDERICO LOURENÇO JÁ TEM PLANOS PARA DEPOIS DA BÍBLIA
POR CRISTINA MARGATO

pela literatura cristã em língua grega. Depois da tradução de Homero, equacionei a hipótese de traduzir os ‘três Joões’: João Damasceno, João Clímaco e João Mosco. Mas percebi que o João que me interessava não era nenhum desses, mas sim o autor do Evangelho, o “discípulo que Jesus amou”. A partir desse fascínio por um livro específico do Novo Testamento, vieram os outros 79 livros da Bíblia grega. Quanto ao estado de espírito que mencionou, tenho a enorme sorte de estar apoiado por uma equipa fantástica na Quetzal, coordenada pelo Francisco José Viegas. Um projeto como a Bíblia seria impensável sem esse apoio. O Francisco tem sido um interlocutor insubstituível.

Um prémio pode dar coerência a uma vida dirigida a tantos e diversos interesses?

Reconforta-me no pânico que muitas vezes senti por me interessar por demasiadas coisas. Antes de mais, sou professor da Universidade de Coimbra e a minha responsabilidade principal incide na atividade académica e letiva. Mas é claro que, além da paixão pelos estudos gregos, sou atormentado, digamos assim, com a paixão pela música e por outras artes. Perdi, e perco, muito tempo da minha vida sentado ao cravo a tocar só para mim, atividade aparentemente inútil. Tenho sempre um sentimento de culpa por roubar tempo à filologia clássica. O prémio apazigua-me nesse sentido, pois de alguma forma mostra que o tempo dedicado a outros interesses não foi tão prejudicial.

Em entrevista disse: “Antes tinha o meu pai e era para ele que eu fazia a representação da minha vida.” Ainda sente que não tem plateia?

Senti isso no ano a seguir à morte do meu pai, mas é claro que tive de me levantar da depressão e, por assim dizer, voltar a entrar em palco. Não me posso queixar de falta de plateia: sinto-me muito acarinhado. Sinto que os meus livros, com as suas diferentes temáticas, chegam a muita gente. Há pessoas que me leem pelos ensaios sobre temas

gregos, outras pela ficção, outras pelas traduções ou adaptações de Homero. Nesta altura, é compreensível que as pessoas procurem sobretudo satisfazer a sua curiosidade em relação ao trabalho que estou a fazer com a Bíblia.

A quem gostaria de anunciar este reconhecimento, mas que já não está entre nós?

A minha mãe e o meu pai teriam ficado muito contentes com este prémio. Também o André Jorge, que aceitou publicar tantos livros meus na Cotovia (cerca de vinte), teria partilhado toda esta euforia com a gentileza esmerada que lhe era tão própria.

O prémio dá-lhe força para fazer face a críticas?

Sinceramente, não sinto que tenha de fazer face a quaisquer críticas. A perspetiva católica em relação à Bíblia tem toda a legitimidade, como tem a perspetiva protestante. Mas igual legitimidade tem a perspetiva que sigo, que é crítico-histórica. O estudo da Bíblia não se esgota na abordagem religiosa, no círculo fechado do próprio cristianismo. Cada livro que integra a Bíblia é um importante documento histórico, no sentido em que foi escrito por um autor (ou autores, em muitos casos) num momento histórico concreto (ou escrito até diacronicamente) e reflete os pressupostos do seu contexto histórico. Há também uma importante abordagem linguística ao texto da Bíblia que é preciso fazer: na minha tradução do Antigo Testamento, comento constantemente as diferenças entre o texto grego e o texto hebraico. Isso é fundamental. A tarefa que me compete levar a cabo é dar pela primeira vez, em Portugal, a perspetiva histórico-linguística numa tradução da Bíblia. Essa perspetiva não agrada aos quadrantes mais conservadores do protestantismo e do catolicismo. É um fenómeno que é normal e já se lida com ele desde a publicação da primeira edição crítica do Novo Testamento por John Mill em 1707, que foi acusada no século XVIII de “minar” a fé cristã. Hoje, pelo menos em meios mais esclarecidos,

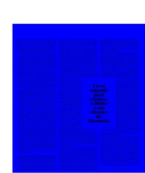
certo cristianismo já convive sem problemas com o estudo crítico da Bíblia. Estou consciente de que, como tradutor solitário da Bíblia, tenho de aceitar alguma dose de incompreensão, mas isso, mais uma vez, é perfeitamente natural. Hoje, todos falamos bem do contributo dos tradutores solitários, mas todos eles foram criticados violentamente em vida. Tyndale, até foi queimado vivo em praça pública. Basta pensarmos logo na discordância de Santo Agostinho em relação às opções de tradução de São Jerónimo para vermos como a tarefa de traduzir a Bíblia nunca pode ser consensual. Seja como for, estou convencido de que continua a haver lugar para tradutores solitários no século XXI, facto amplamente comprovado pelo jesuíta inglês Nicholas King.

O prémio permite-lhe pensar noutros projetos?

Estando ainda a meio da Bíblia, é difícil abarcar o horizonte futuro, mas há pelo menos uma coisa que sei que quero fazer: escrever um livro sobre os primeiros 300 anos do cristianismo, digamos entre São Paulo e Mani (fundador do maniqueísmo), passando pela imensa variedade de maneiras como se interpretou a figura de Jesus, que me fascina mais do que nunca. O estudo da Bíblia grega é fundamental para esse projeto, porque a Bíblia dos primeiros cristãos era justamente a Bíblia grega (Septuaginta). Para esse futuro livro vou fazendo algumas leituras de pontos de vista diferentes sobre a questão do entendimento de quem foi Jesus, pois quero incluir uma variedade representativa de abordagens possíveis. Se recorro aos pensadores mais cépticos do século XIX, como Bruno Bauer (cujos livros ainda hoje merecem ser lidos), por outro lado também me interessam os maravilhosos escritos sobre Jesus do católico Romano Guardini, autor que me apasiona há muitos anos. Algures entre a razão fria de Bauer e a fé incandescente do padre Guardini poderá estar a resposta para a pergunta sobre quem foi Jesus.

Gostaria de dedicar este prémio a alguém?

Não tinha pensado nisso, mas ocorre-me assim espontaneamente dedicá-lo à memória dos meus pais e também ao meu marido, André. ●



confins de um mundo senhoril. Na Bíblia, o enquadramento social é mais extenso e diversificado. São heróis o rei e o servo; o sacerdote, o profeta, a mulher, o guerreiro e o pastor. Todos os componentes da sociedade aparecem representados. E o sublime tem por expressão um realismo quotidiano.

Um outro ponto de distinção, observado por Auerbach é a construção das personagens. Em Homero só raramente é perceptível a complexidade psicológica, a fina película que deixa entrever os contrastes da sombra e da luz, a ondulação interior, indireta e lacerada de figuras bíblicas como Saul, David ou Absalão. As personagens da Bíblia são narrativamente desenhadas com uma incerteza maior de consciência e de destino. A sua presença não é tornada circunscrita, não gera um retrato exaustivo. Às vezes basta um traço, um detalhe, uma pulsão da personagem, alguma coisa que se entrevê na distância, para recolher isso que cada um é de único. As personagens do mundo homérico são, sem dúvida, melhor descritas, mas as da Bíblia conservam uma impenetrabilidade, o que as torna mais concretas, mais próximas do real.

Livro sagrado para crentes de mais de uma religião, superclássico da literatura, chave indispensável de decifração do pensamento e da história, objeto interminável de curiosidade, receção e estudo, a Bíblia é incontornável. Mais do que um livro, é uma biblioteca: pode ser lida como cancionero, livro de viagens, memórias de corte, antologia de preces, cântico de amor, panfleto político, oráculo profético, correspondência epistolar, livro de imagens, texto messiânico. E colada a esta humana palavra... a revelação de Deus. Na modernidade europeia, a Bíblia tornou-se, além disso, o nó fundamental para a reconfiguração das relações entre a experiência religiosa e a consciência individual. O seu debate atravessou o interior de comunidades e pertenças, deslocou o traçado dos valores, implo- diu e inaugurou conhecimentos, numa composição imprevista que continua o seu caminho. Não é, assim, de estranhar aquilo que lembra Frederico Lourenço no prefácio ao primeiro volume da Bíblia (“Novo Testamento. Os Quatro Evangelhos”, Quetzal, 2016): a tendência internacional crescente nas grandes universidades (Harvard, Yale, Princeton, Oxford, etc.) para que a Bíblia esteja cada vez mais presente como matéria de estudo, perspectivada de uma forma não-confessional. E que ele próprio justifique deste modo a empreitada a que agora se lançou: a Bíblia é “um marco da cultura universal que — pelo seu valor religioso, estético e histórico — urge conhecer”.

O PROJETO RADICAL DE FEDERICO LOURENÇO

O projeto de Frederico Lourenço é saudavelmente radical. Radical tanto na extensão (quantas infinitas jornadas de solitário trabalho o aguardam!) como na compreensão do objeto que escolheu traduzir. Há um lado temerário, de ardente aventura, na história do académico que se abandona ao

gigantismo de uma tarefa deste género. Ele explica que a sua ambição se concentra na materialidade linguística do texto bíblico: “O intuito desta tradução é que se possa perceber, em português, exatamente o efeito que as frases têm em grego.” O que faz todo o sentido. Como diz o provérbio cunhado pelo humanista reformador Philipp Melancthon, “Scriptura non potest intelligi theologice, nisi antea intellecta sit grammaticè” (“a Escritura não pode ser compreendida teologicamente, se antes não for compreendida gramaticalmente”). Mas para decifrar a semântica de um texto que é cem por cento religioso não se pode ficar apenas pela gramática: é ingente recorrer a uma biblioteca teológica monumental. Como mostram já, aliás, as notas de Frederico Lourenço neste volume.

Por outro lado, é igualmente radical a abordagem que Frederico Lourenço faz à língua do Novo Testamento, na linha, diga-se, de nobilíssimos estudiosos anteriores como A. Deissmann ou A. Thumb. E o tradutor é perentório: “Um mal-entendido que convém desde já esclarecer é a suposição, errónea (repetida por biblistas que desconhecem a forma como atualmente se encara a história da língua grega no âmbito da Filologia Clássica), de que o grego em que foi escrito o Novo Testamento é um grego diferente da língua que foi utilizada (a título de exemplo) por Aristóteles, Platão ou Xenofonte. Não é. A língua em que escreveram Mateus, Marcos, Lucas e João é a mesma dos autores helénicos de séculos anteriores (e posteriores). É grego.” É verdade que deixa espaço para alguma matização do seu juízo aceitando que “os quatro evangelistas estavam naturalmente sob a influência de um ambiente linguístico que não era cem por cento helénico” (justificando assim algumas marcas semíticas de estilo). Mas garante: “Houve toda uma vivência mental no espírito destes homens que aconteceu, não em hebraico, mas em grego»”

É uma questão apaixonante e complexa, se não mesmo insolúvel. Outros ouvidos, e não propriamente de biblistas devotos, como os de Giorgio Agamben, colhem, por exemplo, por detrás do grego de Mateus e de Marcos, múltiplos indícios de uma língua de tradução, uma latência e um ritmo provenientes do aramaico. E Agamben conta uma história referida por Jacob Taubes, o eminente filósofo judeu, autor da “Escatologia Ocidental”: “Certo dia durante a guerra, passeava, em Zúri- que, com Emil Staiger, que era ótimo helenista.

Caminhávamos ao longo da Ramistrasse, quando Staiger confessa: ‘Sabe, Taubes, li ontem as cartas do apóstolo Paulo.’ Depois acrescenta com profundo desgosto: ‘Aquilo não é grego, é hebraico!’ Ao que retorqui: ‘Certamente, professor, é exatamente por isso que eu o entendo.’”

A verdade é que se está a dar ainda os primeiros passos no conhecimento do grego pós-clássico seja o grego literário seja o popular, e só isso poderá dar ao grego bíblico a sua justa colocação. Possivelmente, como defende Agamben, o grego do Novo Testamento não é bem grego, nem bem hebraico; não é bem língua sagrada nem profana — e é precisamente daí que brota o seu interminável fascínio.

Mas, para todos os efeitos, a tomada de posição de Frederico Lourenço é um extraordinário benefício para os leitores do Novo Testamento. Creio mesmo que quanto mais radical ele for melhor. Coloco-

me, por isso, do lado daqueles que esperam que Frederico Lourenço reforce ainda mais nos próximos volumes a forte marca autoral da sua tradução. Nenhuma tradução, por si só, transmitirá a torrente verbal, o infinito de linguagens, a proliferação de ritmos, a montanha santa de paradoxos, a sofisticadíssima vibração semântica ou até aquilo que o romanista Julien Green apelidava de “bárbara beleza” a propósito da Bíblia. A Bíblia precisa sim de múltiplas traduções, operadas de pontos de vista diferentes, e dessa complementaridade (e mesmo desse conflito) é que uma compreensão mais ampla se pode tecer. Gregório Magno, o último dos padres da Igreja do Ocidente, como habitualmente é chamado, dizia

uma das frases hermenêuticamente mais certas: “Scriptura cum legentibus crescit” (“A Escritura cresce com os que a leem”).

O gesto intensíssimo e maravilhoso de Frederico Lourenço faz-me tornar ao que o escritor Oscar Wilde conta em “De profundis”, e com isso termino: “No Natal, consegui apoderar-me de um Novo Testamento em grego, e todas as manhãs, depois de ter limpo a cela e de ter polido os pratos, leio um pouco dos Evangelhos... Nós perdemos a *naveté*, a frescura e o encanto dos Evangelhos. Ouvimos lê-los demasiadas vezes, e mal demais, e toda a repetição é antiespiritual. Quando regressamos ao grego, é como se entrássemos num jardim de lírios, depois de sairmos de uma casa estreita e escura.” Razão para concluir: quando nos vemos gregos é que nos vemos. ●

Livro sagrado para crentes, a Bíblia é um clássico da literatura



Prémio Pessoa 2016

Frederico Lourenço

Por José Tolentino Mendonça



Frederico Lourenço
por Tolentino
Mendonça



A vida e a obra do
30º vencedor do
Prémio Pessoa
são encaradas
pelo cronista
da revista
do Expresso
como “uma
espécie de
milagre”. R26